



Às nove horas do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA**, **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES** e **SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, convocado nos termos da Portaria nº 0188/2016; ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 006/2016.

**LEITURA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:** o Secretário Geral do TCM/Pa, Dr. Robson Figueiredo do Carmo, proferiu a seguinte leitura em Plenário: "1. *PROCESSO Nº 201601902. O Presidente da Câmara Municipal de São João do Araguaia, Sr. Gilson Barbosa da Silva, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 005/2015, que manteve a aprovação das contas do Executivo do município, exercício financeiro de 2005, nos termos da Resolução nº 10.310/2012/TCM, de responsabilidade do Sr. Marisvaldo Pereira Campos*; 2. *PROCESSO Nº 201601715. A Presidente da Câmara Municipal de Ponta da Pedra, Sra. Raimunda Castro Grande, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 002/2015, de 18.12.15, que manteve a rejeição das contas do Executivo do município, exercício financeiro de 2002, nos termos da Resolução nº 10.649/2012/TCM, de responsabilidade dos Senhores José de Nazaré Chiappetta e Bertino Boulhosa*; 3. *PROCESSO Nº 201601700. O Presidente da Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, Sr. Silvano Ferreira de Oliveira, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 001/2009, de 09.10.09, que manteve a rejeição das contas do Executivo daquele município, exercício financeiro de 1997, nos termos da Resolução nº 6.715/2002/TCM, de responsabilidade dos Sr. Pedro Paulo Sousa de Almeida*. 4. *PROCESSO Nº 201516184. A Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, Sra. Helena Maria Oliveira Muniz Gomes, encaminhou a esta Corte de Contas o Ofício nº 606/2015-MP/4ªPJ/DPP/MA, que deu conhecimento da decisão final prolatada no Processo nº 201009309-00, que trata de denúncia sobre a Escola Bosque, promovendo o arquivamento no Inquérito Civil*; 5. *PROCESSO Nº 201516224. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, Sr. Eugênio Manoel da Costa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 001/2015, de 28.08.15, que rejeitou o Parecer Prévio do TCM e aprovou as contas da Prefeitura do Município, referentes ao exercício financeiro de 2002, constante da Resolução nº 11.649/2014/TCM, de responsabilidade dos Sr. José Pereira de Almeida*; 6. *PROCESSO Nº 201600003. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, Sr. Eugênio Manoel da Costa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 002/2015, de 14.09.15, que rejeitou o Parecer Prévio do TCM e aprovou as contas da Prefeitura do Município, referentes ao exercício financeiro de 2003, constante da Resolução nº 11.466/2014/TCM, de responsabilidade dos Sr. José Pereira de Almeida*; 7. *PROCESSO Nº 201600005. A Presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, Sr. Eugênio Manoel da Costa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 003/2015, de 14.09.15, que rejeitou o Parecer Prévio do TCM e aprovou as Contas da Prefeitura do Município, referentes ao exercício financeiro de 2006, constante da Resolução nº 10.254/2012/TCM, de responsabilidade dos Sr. José Pereira de Almeida*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:



**Processo nº 70022010-00; Câmara Municipal de Anajás; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Osélio Cavalcante; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.557). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1090022014-00; Câmara Municipal de Aurora do Pará; Prestação de Contas – 2014;** Responsável: Joelson da Silva Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 28.558). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1330022014-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2014;** Responsável: Nilo Ferreira da Costa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 28.559). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 110022009-00; Câmara Municipal de Bagre; Prestação de Contas – 2009;** Responsável: Cíntia Jussara Costa de Matos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.560). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1340022011-00; Câmara Municipal de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas – 2011;** Responsável: Walter Diniz Marques; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José



Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.561). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 13992013-00; Fundação Cultural de Abaetetuba; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Manuel de Jesus Rodrigues de Moraes; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 1073142014-00; Fundo Municipal de Saúde de Abel Figueiredo; Prestação de Contas – 2014;** Responsável: Edmir Santiago Maciel; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.562). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1382212008-00; Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Edison Raimundo Alvarenga; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.563). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 874042014-00; Fundo Municipal de Economia Popular e Solidária de Xinguara; Prestação de Contas – 2014;** Responsável: João Maciel Silva Rosa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.564). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 20052013-00; Fundo Municipal de Educação de Acará; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Maria de Nazaré Pereira Barros; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.**



Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela irregularidade das contas*”. **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 24152013-00; FUNDEB de Acará; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Maria de Nazaré Pereira Barros; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela irregularidade das contas*”. **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 163992007-00; Fundo Municipal de Educação de Bonito; Prestação de Contas – 2007**; Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.565). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 163992008-00; Fundo Municipal de Educação de Bonito; Prestação de Contas – 2008**; Responsável: Jamil Assad Neto; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas (Acórdão nº 28.566). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 294242009-00 (201008461-00); FUNDEB de Curuçá; Prestação de Contas – 2009**; Responsável: Josenilda Rita Alves dos Santos; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos



ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.567). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1330182010-00 (201109378-00); FUNDEB de Cachoeira do Piriá; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: Albenor Bezerra Pontes; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.568). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 762792008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Reinaldo José de Barcelos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento. **Por maioria**: com aplicação de multa (Acórdão nº 28.569). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 794002011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Guamá; Prestação de Contas – 2011 - Contas de Gestão;** Responsável: Márcia Maria Rocha Cavalcante; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.570). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 145492013-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Maria Cristina César de Oliveira (01.01 a 07.05.2013) e José Cláudio Carneiro Alves (08.05 a 31.12.2013); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas de responsabilidade da Sra. Maria Cristina César de



Oliveira; e pela irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. José Cláudio Carneiro Alves, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas de responsabilidade da Sra. Maria Cristina César de Oliveira; e pela regularidade das contas de responsabilidade do Sr. José Cláudio Carneiro Alves, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.571). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201515245-00 (320012005-00); Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu; Pedido de Revisão – 2005 - Despacho de Admissibilidade**; Resolução nº 11.760, de 12.02.15; Responsável: Vicente de Paula Pedrosa da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua proposição de admissibilidade do Pedido, nos termos do Art. 269 e seguintes do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade do Pedido. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201515182-00 (672792012-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Arari; Pedido de Revisão - 2012 - Despacho de Admissibilidade**; Acórdão nº 24.954, de 22.04.2014; Responsável: Jorge Alves Felipe; Advogado: Luiz Augusto da Costa Paes (OAB nº 8.993); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário sua proposição de admissibilidade do Pedido, nos termos do Art. 269 e seguintes do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade do Pedido. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201012880-00; Centro Comunitário Creche Escola Dialética do Pará; Prestação de Contas do Convênio nº 016/2010, celebrado com a FUNPAPA/PMB**; Responsável: Letícia Araújo da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.572). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201104883-00; Obras Sociais da Diocese de Santarém; Prestação de Contas do Convênio nº 006/2010, 21.09.2010, celebrado com a Prefeitura Municipal de Santarém, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**; Responsável: Padre Carlos Antônio Almeida Figueiredo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;



Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.573). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201206193-00; Centro de Apoio Social Nova Esperança de Ananindeua; Prestação de Contas do Convênio nº 012/2011**, em 21.11.2011, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito; Responsável: Ronald Márcio Lopes Ferreira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 28.574). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201404937-00; Instituto de Previdência do Município de Baião; Aposentadoria** - Portaria nº 063/13, de 08.11.2013; Interessada: Teolinda Leão Rodrigues Ramos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo registro da Portaria nº 063/13, de 25/09/13, alertando o Instituto Municipal de Baião, sobre a correta fundamentação do Ato, qual seja: Art. 6º da EC nº 41/2003*". **Em votação**: os Conselheiros, Cezar Colares e Sérgio Leão, e o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator, e votou pela negativa de registro do Ato, por entender que a fundamentação equivocada do Ato poderá causar prejuízos a beneficiária com relação a paridade. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.575). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201408274-00; IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Aposentadoria** - Portaria nº 122/14, de 17.02.2014; Interessado: Lourival Pereira Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.576). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201217887-00; IPAMB de Belém; Pensão** - Portaria nº 1.400/12, de 10.10.2012; Interessada: Maria Emília Luz de Almeida; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.066, de 12.02.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público



ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.577). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra e submeteu à apreciação do Plenário as seguintes minutas de Resoluções, já distribuídas anteriormente aos Gabinetes dos Conselheiros: 1ª. altera a redação dos artigos da Resolução nº 005/2015/TCM-Pa, de 28 de maio de 2015, que instituiu o Código de Ética dos membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; 2ª. altera a redação dos artigos da Resolução nº 006/2015/TCM-Pa, de 28 de maio de 2015, que instituiu o Código de Ética dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; 3ª. regulamenta o encaminhamento, pela Autoridade Administrativa Municipal, dos Contratos Temporários de Pessoal, para fins de registro; e a 4ª. altera os itens 5 e 6 do Plano de Trabalho anexo a Resolução nº 013/2015/TCM-Pa, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a utilização de recursos do FUMREAP nas ações de capacitação e formação realizadas pela Escola de Contas Públicas "Conselheiro Irawaldir Rocha". As matérias foram colocadas **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar as minutas apresentadas. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares lembrou ao Plenário que o TCM realizará nos próximos dias 23, 24 e 25 de fevereiro o evento "Gestão Responsável em último ano de mandato", que reunirá Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, e Ordenadores de despesas, além de servidores. Por conta disso, a Sessão Plenária da próxima terça-feira será transferida para quinta-feira.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão